Despacho de encaminhamento da CBEX ao MP/TCU

TC 000.894/2017-6

1. Autuado o presente processo de cobrança executiva, organizada a documentação a ser enviada ao órgão executor, e promovido o registro no Cadastro de Responsáveis por Contas Julgadas Irregulares (Cadirreg), encaminhem-se os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para os fins previstos no art. 81, inciso III, da Lei 8.443/1992.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Carmina Carmen Lima Barroso Moura	28/8/2014	2.706/2010-TCU-Plenário

2. Cabe observar que a Senhora Carmina Carmen Lima Barroso Moura não tem advogado/procurador nos autos.

3. Esclareço que não foi autuado processo de cobrança executiva referente à multa da responsável, tendo em vista esta ter falecido anteriormente à data de trânsito em julgado (data de óbito em 12/07/2013).

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Eliseu Barroso de Carvalho Moura	30/4/2015	2.706/2010-TCU-Plenário

4. Cabe observar que o Sr. Eliseu Barroso de Carvalho Moura tem representação nos autos por José Norberto Lopes Campelo, OAB/PI 2.594. Esclareço, ainda, que consta decisão judicial suspendendo os efeitos do Acórdão 2.706/2010-TCU-Plenário em relação ao responsável Eliseu Barroso de Carvalho Moura. Sendo assim, **deverá ser sobrestada a execução do débito/multa em relação ao referido responsável até que seja proferida decisão judicial definitiva.**

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Wellington Manoel da Silva Moura	5/5/2015	2706/2010-Plenário

5. Cabe observar que o Sr. Wellington Manoel da Silva Moura não tem advogado/procurador nos autos.

6. Esclareço, ainda, que consta decisão judicial suspendendo os efeitos do Acórdão 2706/2010-TCU-Plenário em relação ao responsável Wellington Manoel da Silva Moura. Sendo assim, **deverá ser sobrestada a execução do débito/multa em relação ao referido responsável até que seja proferida decisão judicial definitiva.**

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Walter Pinho Lisboa Filho	5/5/2015	2.706/2010-TCU-Plenário

7. Cabe observar que o Senhor Walter Pinho Lisboa Filho tem representação nos autos por José de Ribamar Cardoso Filho OAB/MA 2666.

8. Esclareço que à época do envio do Ofício 1591/2011 ainda não vigorava a regra de obrigatoriedade de comunicação do representante legal constituído nos autos (art. 179, §7º, do RI/TCU), a qual entrou em vigor apenas a partir de 02/01/2012, tendo sido o referido ofício enviado diretamente para o endereço do responsável Walter Pinho Lisboa Filho.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Maurie Anne Mendes Moura	07/07/2017	2706/2010 – TCU – Plenário

9. Ressalte-se que a responsável acima não possui advogado/procurador nos autos.

10. Esclareço que a responsável foi notificada de ambos os acórdãos 1683/2013-PL e 291/2015-PL por meio do Ofício 0090/2017.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
José Orlando Rodrigues Aquino	24/10/2017	2.706/2010-TCU-Plenário

11. Cabe observar que o Senhor José Orlando Rodrigues Aquino não possui advogado/procurador nos autos e quanto à comunicação do Acórdão de exclusão de multa de responsável (peça 124), informa-se que, embora o ofício 2272/2018 (peça 140) tenha retornado com informação de “não existe nº”, considerou-se comunicado, uma vez que não se localizou outro endereço do responsável e não se trata de caso em que seja necessário o exercício de defesa (inciso IV, art. 3º, Res-TCU 170/2004).

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
João da Silva Neto	2/6/2015	2.706/2010-TCU-Plenário

12. Cabe observar que o Senhor João da Silva Neto tem representação nos autos por Paulo Henrique Castelo Branco OAB 7488-A/MA.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
João Araújo da Silva Filho	30/4/2015	2.706/2010-TCU-Plenário

13. Cabe observar que o Senhor João Araújo da Silva Filho tem representação nos autos por José Norberto Lopes Campelo OAB/PI 2.594.

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Gilmar Sales Ribeiro	30/4/2015	2.706/2010-TCU-Plenário

14. Cabe observar que o Senhor Gilmar Sales Ribeiro não tem advogado/procurador nos autos, quanto à comunicação do Acórdão de exclusão de multa de responsável (peça 124), informa-se que, embora os ofícios 2269/2018 (peça 131) e Ofício 3039/2018 (peça 134) tenham retornado com informação de “não procurado”, considerou-se comunicado, uma vez que não se localizou outro endereço do responsável e não se trata de caso em que seja necessário o exercício de defesa (inciso IV, art. 3º, Resolução-TCU 170/2004).

RESPONSÁVEL	DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO	ACÓRDÃO
Francisco de Assis Sousa	30/4/2015	2.706/2010-TCU-Plenário

15. Cabe observar que o Senhor Francisco de Assis Sousa tem representação nos autos por José Norberto Lopes Campelo OAB/PI 2.594.

16. Em que pese o Ofício 1584/2011 apresentar erro no CPF do Sr. Francisco de Assis Sousa, o expediente foi direcionado para o endereço correto, conforme pode ser observado na pesquisa de endereço. Além disso, o referido responsável interpôs recurso de reconsideração, dessa forma, restando sanado eventual vício de comunicação.

Scbex, 24 de junho de 2019

(Assinado eletronicamente)
RAQUEL CÉSAR RAMOS BARBOSA
TEFC Matrícula 3603-0